

## 4. Artigo

### Mídia, Democracia e Representatividade

**Leandro Krebs Gonçalves**  
Juiz do Trabalho

#### Introdução

Como premissa democrática, o povo deve-se autogovernar e, para tanto, eleger seus representantes por meio do voto. A escolha, ao menos em tese, dá-se por critério de identificação ideológica dos governados para com seus pretensos governantes<sup>1</sup>, que, por sua vez, estão vinculados a programa político-partidário.

Diante de avanços tecnológicos, as campanhas eleitorais assumiram magnitude, especialmente em nosso país, que não conta com subsídio público para custeá-las. A interferência direta da mídia, no processo e no resultado dos pleitos, não pode ser posta em dúvida. O espaço que ocupa supera em muito os horários de propagandas gratuitas. Além de expor a plataforma escolhida pelos candidatos, passa a ditar o rumo da disputa, pondo em xeque os ideais de democracia que orientam nosso ordenamento jurídico.

#### A Interferência da Mídia na Democracia Representativa

Conforme ensinamentos de Hans Kelsen, "a democracia só poderá existir se os indivíduos se agruparem segundo suas afinidades políticas, como o fim de dirigir a vontade geral para os seus fins políticos".<sup>2</sup> Vigora, assim, a idéia de que, respeitados os direitos das minorias, prevalece a vontade da maioria, manifestada pelo exercício do direito ao voto de todos os cidadãos. Afinal, o Estado deve governar *para e pelo* povo que o colocou no poder, sob pena de privilegiar caprichos de dirigentes oportunistas. Sobre o assunto, Manoel Gonçalves Ferreira Filho define os princípios que regem a democracia contemporânea:

A democracia contemporânea, do ângulo jurídico, pode ser resumida nalguns princípios. Ou seja: 1) ela tem o povo como fonte de todo poder – **princípio da soberania popular**; 2) todavia, o povo não exerce o poder, mas o faz por meio de representantes – **princípio representativo** – embora excepcionalmente o exerça; 3) tal poder é, ademais, limitado por freios e contrapesos e, sobretudo, pelo reconhecimento de direitos fundamentais em favor dos seres humanos – **princípio da limitação do poder**.<sup>3</sup>

O processo de escolha dos representantes do povo passou a sofrer forte influência pelo progresso dos meios de comunicação de massa, a entrada da televisão nos lares dos brasileiros e a difusão da internet entre indivíduos de todas as idades e classes sociais. Levando a informação à

<sup>1</sup> Hans Kelsen afirma: "Democracia significa identidade entre governantes e governados, ente sujeito e objeto do poder, governo do povo sobre o povo. Mas o que é esse povo? Uma pluralidade de indivíduos, sem dúvida. E parece que a democracia pressupõe, fundamentalmente, que essa pluralidade de indivíduos constitui uma unidade, tanto mais que, aqui, o povo como unidade é – ou teoricamente deveria ser – não tanto objeto, mas principalmente sujeito de poder." (KELSEN, Hans. **A Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 35).

<sup>2</sup> Ibid. p. 39-40.

<sup>3</sup> FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios Fundamentais do Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 51.

comunidade de modo universal, todavia, muitas vezes de modo intencional e irresponsável, a mídia propaga notícias tendenciosas e que visam privilegiar apenas interesses pessoais dos poucos detentores do poder econômico. Deturpa-se, no aspecto, a escolha democrática. Manchetes sensacionalistas às vésperas das eleições acabam por mudar, na última hora, as preferências, a exemplo de enganosas pesquisas de intenções de voto. Revela-se cenário obscuro da mídia nacional, o que, em passado recente, não se poderia imaginar, quando tanto se lutava pela liberdade de expressão contra uma ditadura militar opressora.

Com a derrota das doutrinas comunistas e a expansão dos mercados no mundo globalizado, não por acaso, o capital passou a buscar novos horizontes, na incessante procura pelo lucro. Desta forma, grandes empresários passaram a deter também o controle dos meios de comunicação de massa, utilizando-os como trampolim para metas peculiares dos seus empreendimentos, sob falsa aparência de interesse social. Com o repasse dos fatos do dia-a-dia, após criteriosa edição e montagem, emitem-se notícias manipuladoras da opinião pública. Dispensado qualquer interpretação ou juízo crítico, grande parte da população é levada a absorver seu conteúdo, pela forma simples e objetiva da apresentação. Sobre o assunto, focalizado nos efeitos perversos da televisão, elucida Giovanni Sartori:

(...) a televisão não é um acréscimo, mas, antes de mais nada, uma substituição que derruba a relação entre o ver e o entender. Até hoje nós tomávamos conhecimento tanto do mundo, como também dos seus acontecimentos mediante a narração oral ou também escrita; hoje, porém, podemos vê-los com os nossos olhos, e a narração – ou a sua explicação – é quase apenas em função das imagens que aparecem no vídeo.<sup>4</sup>

A televisão, por certo, não é o único meio utilizado, mas, com certeza, é o mais dinâmico. A leitura é intimista, pede certo isolamento, não pode ser feita em uma roda de bar, exige cognição mais atenta e aprofundada do que a simples recepção de imagens. Robert Dahl afirma que a presença de fontes de informação diversificadas é uma das instituições políticas do moderno governo democrático. Salienta que “os cidadãos têm o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e afins”.<sup>5</sup> Neste sentido, viabilizaria-se a participação efetiva e o entendimento esclarecido do povo, o que em regra não tem acontecido. Será, então, suficiente a simples existência de meios variados de acesso à informação? Não deveria haver uma preocupação em levá-los ao alcance de todos?

Giovanni Sartori alerta que “o povo soberano ‘opina’ sobretudo em virtude da forma com que a televisão o induz a opinar. Por isso o poder do vídeo, ao dirigir a opinião pública, coloca-se realmente no centro de todos os processos da política contemporânea”.<sup>6</sup> Partindo dessas premissas, é possível dizer que vivemos em uma verdadeira democracia, na medida em que a opinião dos governados é guiada e controlada pelos meios de comunicação de massa, em especial, a televisão? Os brasileiros estão preparados para digerir as informações que lhe são passadas? Como primeiro passo nesse campo vem o combate ao analfabetismo, o que, por si só, não seria suficiente. A liberdade de opinião depende do exercício de capacidade cognitiva e de discernimento.

Retomando a afirmação que a mídia conduz, a seu modo, a disputa eleitoral, releva-se oportuno destacar que, a mais das vezes, os próprios candidatos a cargos eletivos são os proprietários de televisões, jornais, revistas. Com antecedência de anos antes de sua candidatura, fazem suas campanhas pessoais; empregam as pessoas e ditam o que seu público deve pensar, ainda que de forma velada. Seria ingenuidade imaginar que a informação passada por esses meios é isenta, imparcial e desinteressada.

<sup>4</sup> SARTORI, Giovanni. **Homo videns. Televisão e pós pensamento**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 22.

<sup>5</sup> DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p. 100.

<sup>6</sup> SARTORI, op. cit. p. 51.

Diante das inovações tecnológicas que levaram ao surgimento da sociedade virtual contemporânea, não se pode mais fechar os olhos para essa realidade. Aos mais intelectualizados, cabe a difícil tarefa de acessar os mais diversos meios de comunicação, na incessante tentativa de se extrair a essência da verdadeira notícia. Caso contrário, tornam-se todos marionetes (e, por que não, escravos) de políticos inescrupulosos que se utilizam do capital e do poder da mídia para tirar proveito próprio, quando deveriam estar comprometidos com promessas feitas em campanha, integradas a programa político-partidário que sustenta todo o certame, e com a representatividade que lhes foi conferida por seus eleitores.

Ao tratar da transparência e abrangência, Robert Dahl sustenta que “a operação do governo deve ser suficientemente aberta para a visão do público e simples o bastante em sua essência para que os cidadãos entendam prontamente o que ele faz e como está agindo”<sup>7</sup>. Ressalta, portanto, a necessidade de compreensão esclarecida dos cidadãos. Em contrapartida, Giovanni Sartori assegura que “a televisão é um instrumento monovalente que recebe as imagens para um espectador passivo que fica a olhá-las”<sup>8</sup>. Ademais, aduz o ilustre autor italiano que a televisão “condiciona, ou pode condicionar de modo marcante, o governo, isto é, as decisões no nível do governo: o que o governo pode, ou não pode fazer, e decide fazer na realidade”<sup>9</sup>.

Desta forma, indaga-se se a televisão é aliada na constituição de uma democracia representativa, facilitando o acesso da informação pelos cidadãos, e/ou, pelo contrário, um inimigo na trincheira, que torna a opinião dos grupos sociais hetero-dirigida. Essa antinomia, por certo, atinge os outros meios de comunicação de massa, que também possuem mensagens subliminares. Em contraposição aos efeitos negativos, não se pretende permitir controle externo da imprensa, pois seria extremamente perigoso, inclusive aos padrões da democracia representativa que se almeja. Por certo, esse tipo de medida extremada representaria contradição à liberdade de expressão, aproximando-se intimamente às posturas adotadas em regimes ditatoriais, o que em momento algum se pretende avalizar. Logo, está-se diante de um caminho sem saída fácil, em que até a existência de uma televisão pública pode conter uma ameaça.

O importante papel que a imagem assumiu em nossas vidas, leva-nos a esse dilema. A televisão, por exemplo, representa a mídia de maior trânsito em todas as camadas da sociedade. Ao longo de anos, em preferência, foi um dos principais e desejados bens de consumo, hoje em substituição pelo computador e pela internet. A difusão de informações acabou por dominar o homem pela comodidade. Onde ficou a aptidão para o ser humano cultivar o pensamento, racionalizando sobre aquilo que lhe é dito ou visto? O caminho do meio, que aqui significa a alternância das fontes de informação, talvez seja o mais razoável. Sobre o tema, assevera Orlando Tambosi:

O caminho mais razoável parece ser — contrariamente à embaçada visão de Sartori — o do equilíbrio: nem só imagem, nem só escrita; nem só sensibilidade, nem só intelecto. A busca desse difícil equilíbrio, contudo, é tarefa que diz respeito mais à família e à escola do que à televisão (cujo aparelho receptor dispõe, afinal, de um botão para desligar).<sup>10</sup>

Longe de pregar o conservadorismo avesso ao surgimento de novas tendências, é preciso ter visão crítica da realidade que nos é posta, o que irá repercutir no atingimento da democracia pela representatividade política. O efetivo exercício da liberdade de escolha de governantes pelo sufrágio universal depende da existência de fontes alternativas de informação e do exercício da capacidade intelectual de cada eleitor ao interpretar aquilo que o cerca. Ao tratar da visão dos politólogos

<sup>7</sup> DAHL, op. cit. p. 143.

<sup>8</sup> SARTORI, op. cit. p. 38.

<sup>9</sup> Ibid. p. 51.

<sup>10</sup> TAMBOSI, Orlando. Liberais contra a TV? **Crítica Revista de Filosofia**. Lisboa, 19 nov. 2004. Disponível em: <[http://criticanarede.com/html/lds\\_homovidens.html](http://criticanarede.com/html/lds_homovidens.html)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

acerca da democracia moderna como arranjo institucional, ensina, novamente, Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

Generalizada é a aceitação da tese, segundo a qual a democracia é essencialmente um sistema de concorrência pelo Poder. Desde que limpa a competição, este seria o melhor modo de instituir um governo. Forte é a adesão dos politólogos, sobretudo norte-americanos, a esse posicionamento. Assim, em recente estudo vem posto que, 'como um mínimo a democracia requer: 1) sufrágio universal; 2) eleições livres, limpas, competitivas e periódicas; 3) mais de um partido político; e 4) fontes alternativas de informação'. Evidentemente, o ponto relevante é o de n. 2, eis que os demais são simplesmente elementos acessórios à eleição.<sup>11</sup>

Chegar a um arranjo institucional honesto que possibilite a democracia no seio da sociedade brasileira não é fácil e também não difere muito do que ocorre no resto do mundo. As presentes reflexões pretendem, por sua vez, enfatizar a importância do conhecimento para escapar do autoritarismo.

### Considerações Finais

É preciso viabilizar a democracia, de modo que os representantes do povo sejam realmente fiéis aos anseios dos eleitores. Meios de comunicação de massa que repassem informações responsáveis e com a imparcialidade são fundamentais (se é que isso é viável). A discussão das liberdades de expressão e de escolha comprometidas com a busca pela igualdade permeia a eficiência da representatividade política. O alcance da plena democracia garantirá o convívio harmonioso dentro da sociedade brasileira. O pensamento político percorrerá diversas fases de interesses intelectuais, até que se permita reduzir a manipulação do econômico sobre o social por meio de diversas mídias. Isso dependerá, todavia, de fatores essenciais: investimento educação popular questionadora e numa forma de competição limpa entre os que aspiram ao poder estatal.

### Referências

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: televisão e pós pensamento. Bauru: EDUSC, 2001.

TAMBOSI, Orlando. Liberais contra a TV? **Crítica Revista de Filosofia**. Lisboa, 19 nov. 2004. Disponível em: <[http://criticanarede.com/html/lids\\_homovidens.html](http://criticanarede.com/html/lids_homovidens.html)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

<sup>11</sup> FERREIRA FILHO, op. cit. p. 49-50.